

Aula 09 - Profs. Bruno Bezerra e Raphael Rabelo

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*
Autor:
Thais de Cássia Rumstain,
(Pós-Edital)
**Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

03 de Julho de 2025

LEI Nº 13.146/2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PARTE III

Sumário

Análise Estatística	2
O que é mais cobrado dentro do assunto?	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	4
Aposta estratégica	26
Questões estratégicas	26
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	26
Perguntas	26
Perguntas com respostas	27
Lista de Questões Estratégicas	32
Gabarito	35



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Caso algum dos tópicos possua um “*” significa que, a despeito da estatística apontada, esse tópico deve ser encarado como muito importante para sua prova, já que este possui uma ligação muito forte com o concurso em questão.

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso – quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos similares (Instuto AOCF)
Conceitos Iniciais. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.	9,55%
Pessoas Naturais	7,04%
Pessoas Jurídicas e Domicílio	11,06%
Bens	8,04%
Fatos Jurídicos – Conceito, Classificação. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Negócio Jurídico – Disposições Gerais e Representação; Negócio Jurídico – Condição, Termo e Encargo	11,06%
Defeitos e Invalidade dos Negócios Jurídicos.	0,50%
Prescrição e Decadência; Provas	10,05%



Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE I	36,68%
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE II	
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE III	
Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).	6,03%

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem assunto dessa aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Assunto		Incidência em concursos similares (Instituto AACP)
Dos Direitos Fundamentais (arts. 10 ao 52 da Lei nº 13.146/2015)	Do Direito à Educação (arts. 27 a 30)	17,46%
	Do Direito ao Trabalho (arts. 34 a 38)	7,94%
	Do Direito à Moradia (arts. 31 a 33)	6,35%
	Do Direito ao Transporte e à Mobilidade (arts. 46 a 52)	4,76%



	Do Direito à Vida (arts. 10 a 13)	3,17%
	Do Direito à Saúde (arts. 18 a 26)	3,17%
	Do Direito à Assistência e à Previdência Social (arts. 39 a 41)	1,59%
	Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer (arts. 42 a 45)	1,59%
Disposições Preliminares (arts. 1º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)	Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)	22.22%
	Da Igualdade e da Não Discriminação (arts. 4º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)	9.52%
Da Acessibilidade (arts. 53 ao 76 da Lei nº 13.146/2015)		9.52%
Do Acesso à Justiça (arts. 79 a 87 da Lei nº 13.146/2015)		7.94%
Das Disposições Finais e Transitórias (arts. 92 ao 95 da Lei nº 13.146/2015)		4.76%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível



semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

Dentre os assuntos abordados nesta aula, acreditamos que os seguintes possuem maior probabilidade de aparecerem na sua prova:

ACESSO À JUSTIÇA

O Estatuto dedica capítulo específico ao acesso ao Judiciário por pessoas com deficiência, destacando sua importância jurídica e social.

O Poder Público deve garantir o acesso em igualdade de condições com os demais, com uso de tecnologia assistiva quando necessário.

Há dever expresso de atuação da **Defensoria Pública e do Ministério Público** para adotar medidas que assegurem esse acesso.

A lei reconhece que pessoas com deficiência têm autonomia para tomar decisões em juízo.

- A curatela ou apoio à tomada de decisão deve ser excepcional e proporcional às necessidades do caso.

Intervenções de terceiros são medidas excepcionais e não podem atingir:

- O direito ao próprio corpo, à sexualidade, à privacidade, à educação, à saúde, ao voto, ao trabalho e ao casamento.

Base legal: Art. 79 e seguintes da Lei nº 13.146/2015.

1 - Disposições Gerais

- O acesso à justiça para pessoas com deficiência deve ocorrer em igualdade de oportunidades, com adaptações e recursos de tecnologia assistiva sempre que necessários.
- O Estado deve capacitar servidores públicos para garantir o acesso e inclusão dessas pessoas.
- A Resolução CNJ nº 230/2016, art. 19, obriga a cobrança do tema em concursos públicos.
- A regra se aplica também ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
- Garantias processuais devem ser asseguradas a todas as partes: autores, réus, advogados, membros do MP, magistrados, intérpretes, peritos etc.
- O acesso inclui autos do processo e tecnologias assistivas, além de sistemas penitenciários e cartórios extrajudiciais.



- O art. 81 exige que o cumprimento de sentenças penais respeite os direitos das pessoas com deficiência.
- O art. 83 obriga que cartórios de notas e registros sejam acessíveis.

Pontos para prova:

- Igualdade de acesso também ao sistema penitenciário e cartórios.
- Abrangência ampla: partes, testemunhas, peritos, advogados, magistrados, MP, intérpretes etc.
- Obrigação de capacitação dos servidores.
- Garantia de acessibilidade em todos os órgãos do sistema de justiça.
- Serviços extrajudiciais e penitenciários devem ser acessíveis.
- Responsabilidade do MP/DP em garantir acesso à justiça para PCDs.

2 - Reconhecimento igual perante a lei

Mudança de paradigma jurídico

- Os arts. 84 a 87 do Estatuto promoveram grandes mudanças no ordenamento jurídico.
- Antes da Lei nº 13.146/2015, o art. 3º do Código Civil considerava absolutamente incapazes pessoas com enfermidades mentais que afetassem o discernimento civil.
- Pós-Estatuto, a regra passou a ser a presunção de plena capacidade das pessoas com deficiência, que agora são consideradas iguais em capacidade jurídica às demais pessoas (art. 84).

Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

Curatela

- É uma medida **excepcional, protetiva, extraordinária, proporcional às necessidades e com menor duração possível.**
- Só se aplica a **atos patrimoniais e negociais.**
- **Não atinge:**
 - Direito ao corpo
 - Sexualidade
 - Casamento
 - Privacidade



- Educação
- Saúde
- Trabalho
- Voto da pessoa com deficiência

➡ Requisitos para curatela:

- Deve ser decisão judicial fundamentada, com definição clara das razões da curadoria.
- Em situações excepcionais, pode haver internação em instituição especializada, respeitando-se os laços familiares e afetivos.
- Não pode ser exigida para emissão de documentos oficiais (RG, passaporte, etc.).
- Pode ser concedida em caráter provisório, com:
 - Relevância e urgência,
 - Oitiva do MP,
 - Contraditório diferido.

Curatela Antecipada (Provisória)

- Aplica-se quando há urgência na proteção de interesses.
- Pode ocorrer sem contraditório prévio, mas exige oitiva posterior das partes e manifestação do MP.

Tomada de Decisão Apoiada

- Alternativa menos intervencionista que a curatela.
- Permite à pessoa com deficiência indicar duas pessoas de confiança para ajudá-la a tomar decisões civis.
- Não relativiza a capacidade civil, apenas a apoia.
- É prevista no art. 1.783-A do Código Civil.
- Garante o exercício da autodeterminação.

Quadro Comparativo: Capacidade Civil da Pessoa com Deficiência



	Tomada de Decisão Apoiada	Curatela
Capacidade Civil	Não é relativizada	É relativizada
Finalidade	Apoiar decisões civis	Proteger em atos patrimoniais
Características	Nomeação de até 2 pessoas de confiança	Protetiva, extraordinária, proporcional
Aplicação	Livre escolha da pessoa com deficiência	Decisão judicial fundamentada
Abrangência	Atos civis gerais	Apenas atos patrimoniais e negociais
Exclusões	Não abrange corpo, saúde, voto, etc.	Não interfere em direitos personalíssimos

Princípios norteadores

- Presunção de capacidade da pessoa com deficiência.
- Respeito à autonomia, vontade e preferências.
- Medidas de apoio não devem reduzir ou eliminar a personalidade jurídica.
- O juiz deve justificar expressamente a decisão de curatela e sempre optar por meios menos invasivos.

CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - Disposições Gerais

Art. 88 – Discriminação por deficiência

Conduta: Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão da deficiência.

Pena-base:

- Reclusão de 1 a 3 anos, e
- Multa.

Causas de aumento de pena:

1. +1/3 da pena: se a vítima estiver sob os cuidados ou responsabilidade do agente.
2. Reclusão de 2 a 5 anos: se o crime for praticado por meio de comunicação social ou publicação.



Medidas adicionais (se publicado):

- Recolhimento de exemplares;
- Interdição de páginas na internet;
- Destruição do material.

Resumo esquemático:



Art. 89 – Apropriação de bens da pessoa com deficiência

Conduta: Apropriar-se ou desviar rendimentos como proventos, pensão, remuneração etc.

Pena-base:

- Reclusão de 1 a 4 anos, e
- Multa.

Causas de aumento de pena (+1/3):

- Se o agente for:
 - Tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro, depositário judicial, ou
 - Pessoa que se aproveite da relação profissional com a vítima.

Art. 90 – Abandono em instituições

Conduta: Abandonar pessoa com deficiência em hospital, casa de saúde, entidade de abrigo, etc.

Pena:

- Reclusão de 6 meses a 3 anos, e



- Multa.

Equiparação: A pena se aplica também a quem, tendo obrigação legal ou por mandado, não prover as necessidades básicas da pessoa com deficiência.

Art. 91 – Retenção de documentos ou meios eletrônicos

Conduta: Reter cartão magnético ou documentos da pessoa com deficiência com a intenção de obter vantagem.

Pena:

- Detenção de 6 meses a 2 anos, e
- Multa.

Aumento de pena (+1/3):

- Se o crime for praticado por tutor ou curador.

Quadro resumo:

Artigo	Crime	Pena-base	Causa de Aumento de Pena
88	Discriminação por deficiência	Reclusão 1 a 3 anos + multa	+1/3 se vítima sob cuidados; 2 a 5 anos se por publicação
89	Apropriação de bens	Reclusão 1 a 4 anos + multa	+1/3 se cometido por tutor, curador etc.
90	Abandono em instituições	Reclusão 6 meses a 3 anos + multa	Aplicável a quem não prover necessidades básicas
91	Retenção de documentos para vantagem indevida	Detenção 6 meses a 2 anos + multa	+1/3 se cometido por tutor ou curador

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

1. Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência

- Finalidade: mapear a condição socioeconômica de pessoas com deficiência e identificar barreiras.
- Instrumento para formulação de políticas públicas, realização de pesquisas e estudos.
- Administrado pelo Poder Público Federal, que pode firmar parcerias e convênios.



2. Inspeções e Auditorias

- Art. 93 impõe o dever de controle interno e controle externo para fiscalizar o cumprimento do Estatuto.
- No Poder Judiciário, corregedorias devem implementar mecanismos de verificação.
- O CNJ, por exemplo, tem competência para acompanhar a aplicação da Resolução CNJ nº 230/2016.

3. Auxílio-Inclusão (art. 94)

- Benefício assistencial destinado à pessoa com deficiência que retorne ao mercado de trabalho.
- Aplicável a quem:
 - Recebeu o BPC nos últimos 5 anos;
 - Está sendo reinserido no mercado de trabalho;
 - Apresenta hipossuficiência.

Não se confunde com o BPC-LOAS:

BPC-LOAS: benefício assistencial devido em razão da hipossuficiência da pessoa com deficiência

AUXÍLIO-INCLUSÃO: benefício assistencial devido à pessoa com deficiência hipossuficiente que esteja sendo reinserida no mercado de trabalho

Características do auxílio-inclusão:

- Valor: 50% do BPC, contado da data de requerimento.
- Pode ser concedido automaticamente pelo INSS em caso de cruzamento de dados.
- Não pode ser acumulado com:
 - BPC,
 - Aposentadorias, pensões ou benefícios por incapacidade,
 - Seguro-desemprego.

Cessa quando:

- Não mais atendidos os critérios do BPC ou do auxílio-inclusão.

Informações importantes:

- Renda familiar exclui:



- Remuneração até 2 salários-mínimos;
- Rendimentos de estágio e aprendizagem.
- Não gera 13º salário nem sofre contribuição previdenciária.
- Deve ser revisto a cada 10 anos (Lei 14.176/2021).

4. Atendimento Domiciliar (art. 95)

- Obrigação de atendimento na residência da PCD quando o comparecimento for impossível ou excessivamente difícil.
- Abrange INSS, SUS e rede privada.
- Regras para viabilização:
 1. Contato com a PCD em sua residência (interesse público); ou
 2. Requerimento da própria pessoa ou por representante.

5. Princípio da Norma Mais Benéfica (art. 121)

- Aplica-se a pessoas com deficiência nos termos dos Direitos Humanos e do Trabalho.
- Segue o princípio pro homine: prevalência da norma que melhor protege a dignidade.
- Critérios:
 - Cronológico (norma mais recente);
 - Hierárquico (norma superior prevalece);
 - Especialidade (norma específica prevalece sobre a geral).
- Impõe interpretação extensiva da norma mais favorável ao indivíduo.

6. Tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte

- Permissão para que o Poder Executivo regule regras próprias, visando compatibilizar as obrigações do Estatuto à realidade dessas empresas.
- Visa garantir acessibilidade e inclusão sem inviabilizar o funcionamento do pequeno negócio.

7. Observação sobre demais artigos finais

- Os artigos 96 a 119 têm menor probabilidade de cobrança e tratam de alterações promovidas em outras leis.



NORMAS ALTERADAS PELO ESTATUTO

1. Código Eleitoral

- TREs devem orientar as Juntas Eleitorais sobre acessibilidade:
 - Ao local de votação;
 - Ao transporte;
 - Ao direito ao voto de pessoas com deficiência.

2. CLT

- Tratamento privilegiado ao aprendiz com deficiência:
 - Flexibilização das regras de escolaridade;
 - Sem exigência de desempenho mínimo para permanência;
 - Não configuração de rescisão antecipada se o contrato for encerrado por adaptação do aprendiz.

3. Lei da CORDE

- Legitimidade para MP, Defensoria Pública, autarquias e associações promoverem proteção da PCD.

4. FGTS

- Possibilidade de uso do FGTS para compra de órtese ou prótese para promoção de acessibilidade.

5. CDC (Código de Defesa do Consumidor)

- Prevê a obrigatoriedade de acessibilidade em produtos.

6. Lei de Benefícios Previdenciários

- Pessoa com deficiência pode ser dependente (ex: cônjuge ou irmão).

7. PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura)

- Estímulo à edição de produtos culturais acessíveis.

8. Lei de Improbidade Administrativa

- Descumprir normas de acessibilidade é ato de improbidade administrativa.



9. Lei de Licitações

- Critérios de acessibilidade incluídos nas licitações públicas.

10. Lei do SUAS

- Adequação do conceito de pessoa com deficiência ao Estatuto.

11. Lei de Práticas Discriminatórias nas Empresas

- Proíbe tratamento desigual à pessoa com deficiência.

12. Imposto de Renda da Pessoa Física

- Prioridade no recebimento da restituição.

13. CTB (Código de Trânsito Brasileiro)

- Multa para quem estacionar em vaga PCD sem autorização;
- Regras de acessibilidade para CNH.

14. Lei do Esporte

- Vincula recursos das loterias aos esportes paralímpicos.

15. Lei de Prioridade de Atendimento

- Substitui o termo “portadora de deficiência” por “pessoa com deficiência”.

16. Lei de Acessibilidade

- Integra o Estatuto:
 - Conceitos do art. 39;
 - Sinalização tátil e acessibilidade em calçadas e comércio;
 - Cadeiras de rodas em centros comerciais.

17. Estatuto da Cidade

- Obrigatoriedade de inclusão da acessibilidade em planos de mobilidade urbana.

18. Código Civil (CC)

- Revoga presunção de incapacidade civil.
- Garante:



- Direito ao testemunho;
- Autodeterminação no casamento;
- Proibição de interdição total;
- Legitimidade ao MP para promover curatela.
- Curatela e tomada de decisão apoiada:
 - Curatela proporcional, excepcional e fundamentada;
 - Tomada de decisão apoiada com indicação de pessoas de confiança;
 - Exige oitiva da PCD e de seus apoiadores;
 - Pode ser destituída por negligência ou abuso.

19. Lei do Cão-Guia

- Garante uso do cão-guia por PCD em qualquer meio de transporte coletivo.

20. Estatuto dos Museus

- Devem observar normas de acessibilidade.

21. Lei de Mobilidade Urbana

- Exige que 10% da frota de táxis seja acessível a PCDs.

APOSTA ESTRATÉGICA

O artigo 79 é o mais cobrado nesta aula.

Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

§ 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência.

§ 2º Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.



§ 3º A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei.

Então vamos por partes:

Art. 79 – Acesso à Justiça para Pessoas com Deficiência

Caput

O Poder Público deve assegurar que a pessoa com deficiência tenha acesso pleno à Justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

➡ Isso inclui garantir, sempre que necessário, adaptações e recursos de tecnologia assistiva para que a pessoa possa participar do processo.

§ 1º – Capacitação dos agentes públicos

Há dever expresso de capacitar:

- Membros e servidores do Poder Judiciário,
- Ministério Público,
- Defensoria Pública,
- Órgãos de segurança pública,
- E do sistema penitenciário.

A capacitação deve ter como foco os direitos da pessoa com deficiência e sua atuação em todo o processo judicial.

§ 2º – Garantias no sistema prisional

A pessoa com deficiência que estiver submetida a medida restritiva de liberdade (preso, internado, etc.) deve ter todos os direitos e garantias dos demais apenados.

Anteção: acessibilidade deve ser garantida no cumprimento da pena.

§ 3º – Atuação da Defensoria e do MP

A Defensoria Pública e o Ministério Público devem atuar ativamente para:

- Garantir os direitos das pessoas com deficiência previstos no Estatuto;
- Adotar todas as medidas necessárias à sua efetivação.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



Disclaimer: sempre damos prioridade para a banca do seu concurso. No entanto, quando o quantitativo de questões recentes é insuficiente, incluímos outras.

1. (INSTITUTO AOCP/TCE-SE – 2023) Considerando que, na realização de inspeções e de auditorias pelos órgãos de controle interno e externo, deve ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes, assinale a alternativa correta à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de, no mínimo, três por cento das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.

B) As vagas reservadas para veículos que transportem pessoa com deficiência devem equivaler a cinco por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.

C) A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. No entanto, quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, como nos casos de emissão de documentos oficiais.

D) As barreiras nas comunicações consistem em atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

E) É assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.



Comentários:

Art. 63. É assegurado à pessoa com deficiência ou ao seu representante legal, mediante solicitação, o direito de receber contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

Alternativa A: **CERTO**

Reproduz fielmente o disposto no art. 32 e seu § 1º: prioridade na aquisição e reserva mínima de 3 % das unidades habitacionais para pessoas com deficiência.

Art. 32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável tem prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.

§ 1º É obrigatória a reserva, para a pessoa com deficiência, de, no mínimo, 3 % (três por cento) das unidades habitacionais.

Alternativa B: **ERRADO**

O art. 47, § 1º fixa 2 % (e não 5 %) das vagas de estacionamento, com mínimo de 1 vaga sinalizada; logo, o percentual apresentado está superior ao previsto na lei.

Art. 47, § 1º. As vagas destinadas a veículos que transportem pessoa com deficiência devem ser sinalizadas com símbolo internacional de acesso e totalizar 2 % (dois por cento) do total das vagas, garantindo-se, no mínimo, 1 (uma) vaga.

Alternativa C: **ERRADO**

Embora reconheça a capacidade legal plena (art. 84, caput), a assertiva erra ao afirmar que a pessoa com deficiência será submetida à curatela "nos casos de emissão de documentos oficiais". A curatela é medida extraordinária, proporcional e limitada aos atos patrimoniais e negociais (art. 84, §§ 1º-2º) e não se impõe automaticamente para obtenção de documentos.

Art. 84, caput e §§ 1º e 2º. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 2º A curatela constitui medida extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.



Alternativa D: **ERRADO**

Confunde conceitos. O art. 3º, § 1º, VI define “barreiras atitudinais” como atitudes ou comportamentos que prejudicam a participação social. “Barreiras nas comunicações” (art. 3º, § 1º, IV) referem-se a obstáculos à expressão ou recepção de mensagens, não a atitudes ou comportamentos.

Art. 3º, § 1º, IV. Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação, meios ou tecnologias da informação.

Art. 3º, § 1º, VI. Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Alternativa E: **ERRADO**

O art. 63 condiciona o fornecimento de contas e documentos em formato acessível à solicitação da pessoa com deficiência ou de seu representante legal; portanto, não é automático como afirma a alternativa.

Gabarito: A

2. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região – 2024) O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nesse contexto, acerca de tal diploma normativo, assinale a alternativa correta.

- A) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.
- B) Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, a qual afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e matrimonial, bem como o direito à privacidade do curatelado.
- C) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal limitada, mas garantindo a plena acessibilidade.
- D) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é prescindível para a realização de tratamento, procedimento e hospitalização.
- E) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência ao menos durante o repouso noturno.



Comentários:

Alternativa A: **CERTO**

Reproduz exatamente o art. 84, § 3º. A curatela é medida excepcional, proporcional e temporária. Conforme o dispositivo legal:

Art. 84, § 3º. "A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível."

Alternativa B: **ERRADO**

A curatela limita-se a atos patrimoniais e negociais; não alcança direitos matrimoniais nem aspectos da privacidade. Dispõe o art. 85:

Art. 85. "A curatela afetarão tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial."

Alternativa C: **ERRADO**

A alternativa contraria o art. 83, pois os cartórios devem reconhecer a capacidade legal plena (não limitada) da pessoa com deficiência:

Art. 83. "Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade."

Alternativa D: **ERRADO**

O consentimento prévio é indispensável (não prescindível) para tratamento, procedimento e hospitalização, como consta no art. 12:

Art. 12. "O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica."

Alternativa E: **ERRADO**

O art. 22 garante acompanhante ou atendente pessoal em tempo integral, não apenas durante o repouso noturno:

Art. 22. "À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral."

Gabarito: A



3. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região – 2024) Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.
- C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.
- D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.
- E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Comentários:

Alternativa A: ERRADO

A definição legal é específica ao mencionar impedimento exclusivamente de "longo prazo", não incluindo impedimentos de curto prazo. Conforme o art. 2º:

Art. 2º. "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

Alternativa B: ERRADO

Ao contrário do afirmado, a prioridade na emergência médica é condicionada aos protocolos de atendimento. Nos termos do art. 9º, § 2º:

Art. 9º, § 2º. "Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico."

Alternativa C: CERTO

Corresponde exatamente ao disposto no art. 40, garantindo o benefício assistencial à pessoa com deficiência sem meios de subsistência:



Art. 40. "É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993."

Alternativa D: ERRADO

O valor do ingresso para pessoas com deficiência não pode ser superior ao cobrado das demais pessoas. Dispõe o art. 44, § 7º:

Art. 44, § 7º. "O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas."

Alternativa E: ERRADO

A situação de curatela não é exigida para emissão de documentos oficiais, segundo o art. 86:

Art. 86. "Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência."

Gabarito: C

4. (Instituto AOCP/TRF-2ª Região – 2024) Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.

C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.

E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Comentários:



Alternativa A: **ERRADO**

A definição legal menciona apenas impedimento de longo prazo; a inclusão de “curto prazo” afasta a correspondência com o texto normativo.

Art. 2º. “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Alternativa B: **ERRADO**

A prioridade no atendimento de emergência depende dos protocolos médicos; não é incondicionada.

Art. 9º, § 2º. “Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico.”

Alternativa C: **CERTO**

Reproduz com fidelidade o direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na lei.

Art. 40. “É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.”

Alternativa D: **ERRADO**

A lei proíbe cobrar valor superior de ingresso da pessoa com deficiência.

Art. 44, § 7º. “O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.”

Alternativa E: **ERRADO**

A emissão de documentos oficiais dispensa a declaração de curatela.

Art. 86. “Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.”

Gabarito: C

5. (FCC/TRT-4ª Região – 2022) A curatela, que se estabelece por decisão judicial, é uma medida de amparo à pessoa que não tenha condições de reger os atos de sua própria vida civil. Em regra, a curatela deve afetar apenas aspectos

A) ligados à sexualidade e ao matrimônio.



- B) trabalhistas e educacionais.
- C) patrimoniais e negociais.
- D) de saúde e busca por tratamento.
- E) de direito ao próprio corpo.

Comentários:

Alternativa A: **ERRADO**

O Estatuto dispõe que a curatela não alcança sexualidade nem matrimônio.

Art. 85, § 1º. "A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto."

Alternativa B: **ERRADO**

Direitos trabalhistas e educacionais também ficam fora do alcance da curatela.

Art. 85, § 1º. "... não alcança ... educação ... trabalho ..."

Alternativa C: **CERTO**

A lei prevê que a curatela deve incidir somente sobre atos de natureza patrimonial e negocial.

Art. 85, caput. "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial."

Alternativa D: **ERRADO**

A curatela não se estende às decisões relativas à saúde ou tratamentos médicos.

Art. 85, § 1º. "A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto."

Alternativa E: **ERRADO**

A curatela não interfere no direito ao próprio corpo.

Art. 85, § 1º. "A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto."

Gabarito: C



6. (FCC/TRT-23ª Região – 2022) Levando-se em conta o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), são considerados relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer, EXCETO:

- A) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- D) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- E) os pródigos.

Comentários:

Alternativa A: **ERRADO**

A Lei 13.146/2015 alterou o art. 4º do Código Civil, mantendo os ébrios habituais e viciados em tóxico como relativamente incapazes:

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos.

Alternativa B: **ERRADO**

Os maiores de 16 e menores de 18 anos continuam relativamente incapazes:

Art. 4º, I – “os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.”

Alternativa C: **CERTO**

O Estatuto revogou o antigo inciso que incluía os “excepcionais” com discernimento reduzido; essa categoria não consta mais do art. 4º após a reforma, portanto não são mais relativamente incapazes.

Alternativa D: **ERRADO**

Permanece como hipótese de incapacidade relativa:



Art. 4º, III – “aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.”

Alternativa E: **ERRADO**

Os pródigos seguem relativamente incapazes:

Art. 4º, IV – “os pródigos.”

Gabarito: C

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual é a garantia central do Estatuto sobre o acesso da pessoa com deficiência à justiça?
2. Quais órgãos públicos devem capacitar seus membros e servidores para garantir esse acesso?



3. Quais direitos têm os apenados com deficiência?
4. Sobre quais atos a curatela pode recair?
5. A curatela atinge o direito ao voto?
6. Cite dois direitos que permanecem intocados pela curatela.
7. Como a lei define a curatela em termos de duração e natureza?
8. Quantas pessoas podem ser indicadas como apoiadoras na tomada de decisão apoiada?
9. Qual é a pena base para o crime de discriminação por deficiência?
10. Quando essa pena aumenta em 1/3?
11. Quem responde com aumento de pena no crime de apropriação de bens da pessoa com deficiência?
12. Qual benefício assistencial é concedido à pessoa com deficiência hipossuficiente que volta ao trabalho?
13. O Auxílio-Inclusão pode ser acumulado com o BPC?
14. Quando o atendimento domiciliar é obrigatório?
15. Qual princípio orienta a prevalência da norma mais favorável à pessoa com deficiência?
16. Percentual mínimo de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoa com deficiência?
17. Reserva mínima de unidades habitacionais em programas públicos?
18. A curatela é exigida para emissão de documentos oficiais?
19. Conceito de barreiras atitudinais segundo o Estatuto?
20. A prioridade da pessoa com deficiência nos serviços de emergência depende de quê?
21. O valor do ingresso para pessoa com deficiência pode ser superior ao geral?
22. Quem deve fiscalizar, em inspeções e auditorias, o cumprimento das normas de acessibilidade?



Perguntas com respostas

1. Qual é a garantia central do Estatuto sobre o acesso da pessoa com deficiência à justiça?

Direito de acesso em igualdade de oportunidades, com adaptações e tecnologia assistiva sempre que requeridas.

“Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.”

2. Quais órgãos públicos devem capacitar seus membros e servidores para garantir esse acesso?

Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de segurança pública e sistema penitenciário.

Art. 79, § 1º. A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência.”

3. Quais direitos têm os apenados com deficiência?

Exatamente os mesmos dos demais apenados, com garantia de acessibilidade.

“Art. 79, § 2º. Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.”

4. Sobre quais atos a curatela pode recair?

Resposta: Somente atos patrimoniais e negociais.

“Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.”

5. A curatela atinge o direito ao voto?

Não.

“Art. 85, § 1º. A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.”



6. Cite dois direitos que permanecem intocados pela curatela.

Direito ao próprio corpo e à sexualidade (entre outros listados no § 1º). A fundamentação é o mesmo art. 85, § 1º supra.

7. Como a lei define a curatela em termos de duração e natureza?

Medida extraordinária, proporcional às necessidades e pelo menor tempo possível.

“Art. 84, § 3º. A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.”

8. Quantas pessoas podem ser indicadas como apoiadoras na tomada de decisão apoiada?

Duas pessoas de confiança da própria pessoa com deficiência.

“Art. 84, § 4º. É instituída a tomada de decisão apoiada... a pessoa com deficiência indicará duas pessoas de sua confiança...”

9. Qual é a pena base para o crime de discriminação por deficiência?

Reclusão de 1 a 3 anos e multa.

“Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação... Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.”

10. Quando essa pena aumenta em 1/3?

Se a vítima estiver sob cuidado ou responsabilidade do agente.

“Art. 88, § 1º. A pena é aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima estiver sob cuidado ou responsabilidade do agente.”

11. Quem responde com aumento de pena no crime de apropriação de bens da pessoa com deficiência?

Tutor, curador ou quem se aproveite da relação profissional com a vítima.

“Art. 89, parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado por tutor, curador... ou por aquele que se aproveite da relação profissional...”



12. Qual benefício assistencial é concedido à pessoa com deficiência hipossuficiente que volta ao trabalho?

Auxílio-Inclusão (valor de 50 % do BPC). Dispositivo:

"Art. 94. É instituído o auxílio-inclusão à pessoa com deficiência em situação de hipossuficiência que ingressar no mercado de trabalho, no valor de 50 % do benefício de prestação continuada."

13. O Auxílio-Inclusão pode ser acumulado com o BPC?

Não; são benefícios excludentes. Dispositivo:

"Art. 94, § 4º. O pagamento do auxílio-inclusão não poderá ser acumulado com o benefício de prestação continuada."

14. Quando o atendimento domiciliar é obrigatório?

Quando o deslocamento for impossível ou excessivamente difícil para a pessoa com deficiência. Dispositivo:

"Art. 95. Será assegurado atendimento domiciliar à pessoa com deficiência sempre que o deslocamento... se revelar impossível ou implicar risco à sua saúde ou segurança."

15. Qual princípio orienta a prevalência da norma mais favorável à pessoa com deficiência?

Princípio da norma mais benéfica (pro homine). Dispositivo:

"Art. 121. Este Estatuto adota o princípio da norma mais benéfica, pelo qual prevalecerá a disposição mais favorável à pessoa com deficiência."

16. Percentual mínimo de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoa com deficiência?

2 % do total, garantida 1 vaga sinalizada. Dispositivo:

"Art. 47, § 1º. As vagas destinadas a veículos que transportem pessoa com deficiência... totalizarão 2 % do total das vagas, garantindo-se, no mínimo, 1 vaga."

17. Reserva mínima de unidades habitacionais em programas públicos?

Resposta: 3 % das unidades.



Dispositivo: *"Art. 32, § 1º. É obrigatória a reserva, para a pessoa com deficiência, de, no mínimo, 3 % das unidades habitacionais."*

18. A curatela é exigida para emissão de documentos oficiais?

Resposta: Não.

Dispositivo: *"Art. 86. Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência."*

19. Conceito de barreiras atitudinais segundo o Estatuto?

Resposta: Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência.

Dispositivo: *"Art. 3º, § 1º, VI. Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência..."*

20. A prioridade da pessoa com deficiência nos serviços de emergência depende de quê?

Resposta: Dos protocolos de atendimento médico.

Dispositivo: *"Art. 9º, § 2º. Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico."*

21. O valor do ingresso para pessoa com deficiência pode ser superior ao geral?

Resposta: Não; deve ser igual ou inferior.

Dispositivo: *"Art. 44, § 7º. O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas."*

22. Quem deve fiscalizar, em inspeções e auditorias, o cumprimento das normas de acessibilidade?

Resposta: Órgãos de controle interno e externo (ex.: tribunais de contas).

Dispositivo: *"Art. 93. Na realização de inspeções ou auditorias pelos órgãos de controle interno e externo, deve ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes."*



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (INSTITUTO AOCP/TCE-SE – 2023) Considerando que, na realização de inspeções e de auditorias pelos órgãos de controle interno e externo, deve ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes, assinale a alternativa correta à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de, no mínimo, três por cento das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.

B) As vagas reservadas para veículos que transportem pessoa com deficiência devem equivaler a cinco por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.

C) A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. No entanto, quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, como nos casos de emissão de documentos oficiais.

D) As barreiras nas comunicações consistem em atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

E) É assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

2. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região – 2024) O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nesse contexto, acerca de tal diploma normativo, assinale a alternativa correta.

A) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

B) Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, a qual afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e matrimonial, bem como o direito à privacidade do curatelado.



C) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal limitada, mas garantindo a plena acessibilidade.

D) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é prescindível para a realização de tratamento, procedimento e hospitalização.

E) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência ao menos durante o repouso noturno.

3. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região – 2024) Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.

C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.

E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

4. (Instituto AOCP/TRF-2ª Região – 2024) Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

B) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida pela Lei nº 13.146/2015 não se condiciona aos protocolos de atendimento médico.



C) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

D) Nos teatros, cinemas, auditórios e similares, como contrapartida aos gastos realizados com acessibilidade, é permitido que o valor do ingresso da pessoa com deficiência seja superior ao valor cobrado das demais pessoas.

E) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

5. (FCC/TRT-4ª Região – 2022) A curatela, que se estabelece por decisão judicial, é uma medida de amparo à pessoa que não tenha condições de reger os atos de sua própria vida civil. Em regra, a curatela deve afetar apenas aspectos

A) ligados à sexualidade e ao matrimônio.

B) trabalhistas e educacionais.

C) patrimoniais e negociais.

D) de saúde e busca por tratamento.

E) de direito ao próprio corpo.

6. (FCC/TRT-23ª Região – 2022) Levando-se em conta o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), são considerados relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer, EXCETO:

A) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

D) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

E) os pródigos.



Gabarito

GABARITO



1. Letra A
2. Letra A

3. Letra A
4. Letra C

5. Letra C
6. Letra C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.